

MIT THE THOUSE SE

REQUERIMENTO N.º 1869/VIII (2.a)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Os comerciantes estabelecidos nas instalações da Docapesca,s.a.,têm vindo a expressar o seu inconformismo em relação à situação em que se encontram à vários anos.

O facto de não obterem a legalização dos respectivos armazéns implica que a sua actividade esteja em constante possibilidade de não poderem cumprir os procedimentos legais, expondo-se ao pagamento de coimas e até a eventual perda de negócios .

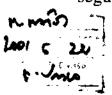
As autoridades competentes estão à muito sabedoras desta situação mas até à data não souberam dar a resposta adequada.

A não adequação dos armazéns (construídos pelo Estado...) às normas que o próprio Estado impõe implica uma situação insustentável, em que os comerciantes ficam impossibilitados de obterem os certificados de pescado adquirido em lota e o respectivo n.º de controle veterinário.

Numa época em que aumentam as preocupações com a higiene e sanidade dos produtos que comemos, é preocupante que o Estado seja o fautor desta situação ilegal e que provoca graves prejuízos aos comerciantes.

Acresce que as condições operacionais do porto da Figueira da Foz são inferiores às dos portos vizinhos o que desde logo enfraquece a sua competitividade em prejuízo dos comerciantes aqui estabelecidos.

Assim ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, requeiro ao Governo, através da <u>Secretaria de Estado das Pescas</u>, os seguintes esclarecimentos:



Tem o Governo conhecimento desta situação ?

Para quando a regularização da situação dos comerciantes de peixe com armazéns na lota da Figueira da Foz?

Lisboa,21/06/01

O Deputado do PSD eleito pelo circulo eleitoral de Coimbra

(Paulo Pereira Coelho)